

CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO PARENTAL NAS NARRATIVAS DE HOMENS TRANS PARTURIENTES: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, PARENTALIDADE E FAMÍLIAS¹

LETÍCIA CAROLINA BOFFI

**Doutoranda em Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP/SP- Brasil)**

MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS

**Professor Titular na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da
Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP/SP-Brasil)**

Palavras-chave: transmasculinidades, cuidados, família.

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços das últimas décadas que possibilitaram, no Brasil, maior reconhecimento jurídico e social das famílias cishomoafetivas - especialmente por meio da reprodução assistida e da adoção -, as famílias constituídas por homens trans² que gestaram seus filhos permanecem pouco visibilizadas e seguem enfrentando dificuldades de reconhecimento e acolhimento no campo da reprodução e da parentalidade, uma vez que deslocam sentidos normativos de gênero, família e filiação.

Quando essas experiências passam a ganhar visibilidade, como nas produções midiáticas, são frequentemente representadas sob a lógica do “extraordinário” e do “suposto paradoxo” de gênero (Pearce & White, 2019, p. 764, tradução nossa), reiterando os limites normativos que definem quais corpos são reconhecidos como legitimamente reprodutivos e quais não são. Assim, as suposições normativas sobre gênero e parentalidade moldam as formas pelas quais a parentalidade é imaginada, desejada e projetada (Von Doussa et al., 2015). Tal cenário de invisibilidade é agravado pela escassez de pesquisas sobre as especificidades da parentalidade trans no contexto brasileiro, o que

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² Homens trans ou pessoas transmasculinas são aqui compreendidos como sujeitos aos quais foi atribuído, ao nascimento, o gênero feminino com base em concepções binárias de gênero e que, em algum momento de suas trajetórias, passaram a se identificar dentro de um amplo espectro de masculinidades. Ao manterem seus órgãos reprodutivos, esses sujeitos podem vivenciar a gestação, quando em condições fisiológicas para sua ocorrência, mesmo após processos de transição de gênero.

limita a compreensão das dinâmicas familiares, dos desafios enfrentados e das estratégias de resistência e resiliência mobilizadas por esses pais e mães (Silva et al., 2022).

A emergência dos termos “parentalidades trans” e “transparentalidades” evidencia não apenas a diversidade das configurações familiares contemporâneas, mas, sobretudo, os limites das categorias tradicionais utilizadas para pensar reprodução, parentesco e filiação (Monteiro & McCallum, 2023). Nesse sentido, adota-se aqui o conceito de cisnormatividade para designar a estrutura social que organiza formas diferenciadas de reconhecimento e legitimidade a partir da suposta correspondência entre o sexo atribuído ao nascimento e a identidade de gênero, privilegiando sujeitos cisgêneros e marginalizando aqueles que não se conformam a essa lógica (Nascimento, 2021).

Mais do que nomear novas experiências parentais, tais conceitos tornam visível o papel estruturante da cisgeneridade na organização das relações familiares. Diferentemente das experiências cishomoparentais, as transparentalidades são frequentemente atravessadas por dinâmicas de “dupla discriminação”, vivenciadas tanto em contextos sociais mais amplos quanto no interior da própria comunidade LGB (Galán et al., 2015).

Nesse horizonte, ao compreender o parentesco como eixo fundamental por meio do qual os indivíduos “se reconhecem e se relacionam com os outros enquanto sujeitos generificados” (Monteiro & McCallum, 2023, p. 38), entende-se que a transição de gênero após o exercício parental constitui um processo dinâmico, marcado pela interação entre estressores sociais e pela mobilização de recursos pessoais e coletivos, no qual a coerência entre identidade de gênero e papel parental pode atuar como fator protetivo (Veldorale-Griffin & Darling, 2016). Argumenta-se, contudo, que a transição de gênero anterior à parentalidade também produz contornos específicos, acionando experiências de violência, vigilância e negociação cotidiana, bem como estratégias de resistência e resiliência.

É nesse cenário que se inscreve a gestação transmasculina, na medida em que explicita, de maneira particularmente aguda, os limites dos regimes cis(hetero)normativos de inteligibilidade cultural (Butler, 1990/2018), ao articular, em um mesmo corpo, experiências socialmente compreendidas como inconciliáveis: masculinidade, gestação e parentalidade. Assim, este artigo compreende a cisheteronormatividade - entendida como conjunto de normas de gênero e sexualidade que posiciona a experiência cisgênera e heterossexual como modelo legítimo e inteligível de existência e, particularmente neste trabalho, de parentalidade - como operador social que ancora a reprodução em uma lógica

biologizante, estabelecendo correspondências normativas entre sexo, gênero e capacidade reprodutiva.

Ao explicitar que nem toda gestação é feminina e que cada experiência reprodutiva é atravessada por processos sociais, históricos e subjetivos, as vivências de homens trans que gestam tensionam os fundamentos normativos da família, da filiação e da própria noção de reprodução, constituindo-se como um campo privilegiado para a análise crítica das relações entre corpo, gênero e poder (Pinho et al., 2020).

Dessa forma, este estudo qualitativo analisa como a gestação vivenciada por homens trans após a transição de gênero expõe, tensiona e reconfigura os sentidos normativos que articulam gênero, reprodução, parentalidade e família, evidenciando tanto as percepções sociais dirigidas a esses sujeitos quanto as estratégias cotidianas mobilizadas para gerir o risco da violência e da deslegitimação social. A partir das análises realizadas, argumenta-se que a gestação transmasculina permanece socialmente situada fora dos limites da inteligibilidade de gênero, sendo frequentemente compreendida como uma experiência ininteligível, contraditória ou desviante em relação às normas cisheteronormativas que regulam os corpos reprodutivos e os lugares parentais.

Nesse contexto, os homens trans gestantes tornam-se alvos de interpelações constantes - muitas vezes sutis, mas profundamente violentas - que operam por meio da vigilância, do questionamento e da regulação de seus corpos e identidades no exercício da gestação e da parentalidade. Sustenta-se, assim, que a experiência da parentalidade transmasculina é atravessada pelo temor contínuo da violência, da rejeição social e da invalidação de seus vínculos familiares, como possível consequência da transgressão dos limites socialmente estabelecidos para a inteligibilidade de gênero, da reprodução e da família. Diante disso, esses sujeitos assumem esforços permanentes de resiliência, autopreservação e proteção de si, de seus filhos e de suas configurações familiares, negociando cotidianamente formas de existência e reconhecimento em contextos marcados pela cisnormatividade.

MÉTODO

A pesquisa qualitativa fundamenta-se principalmente na percepção e na compreensão dos sentidos humanos (Stake, 2010) preocupando-se com o processo e o contexto social em que o fenômeno ocorre (Neves, 1996). Nesse sentido, foram realizadas entrevistas qualitativas com homens trans que vivenciaram a gravidez após a transição de gênero no Brasil.

Arregimento de participantes

A técnica de amostragem intencional foi empregada para obter participantes por meio de mídias sociais e recrutamento em redes sociais. Os pesquisadores contataram clínicas de reprodução assistida, pesquisadores e grupos de estudo sobre parentalidade, bem como unidades de saúde trans no Brasil. Flyers informativos e de recrutamento para a pesquisa foram publicados em contas de mídias sociais (grupos privados do Facebook e perfis do Instagram). Dos 21 indivíduos contatados, sete colaboradores se interessaram e estiveram disponíveis para participar do estudo; seis foram localizados por meio de mídias sociais e um foi indicado por um profissional de saúde que atua em um serviço específico para pessoas trans.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a construção de dados foram o Formulário de Dados Sociodemográficos, o Guia Temático e as Notas de Campo. O formulário, adaptado de um instrumento do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS), teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes. O guia temático foi elaborado com base em uma revisão sistemática prévia (Boffi et al., 2024) e submetido a um Comitê de Juízes composto por pessoas cisgênero e transsexuais, visando maior sensibilidade científica e social ao tema investigado. As notas de campo consistiram em registros da pesquisadora sobre as experiências em campo, desde a abordagem dos participantes até as entrevistas e contatos posteriores.

Cuidados Éticos

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP), sob o número de aprovação 6.015.841 e Certificado de Apresentação de Avaliação Ética número 67774223.5.0000.5407. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente lido. Por fim, suas identidades foram protegidas pela remoção de qualquer informação que pudesse levar à identificação, e seus nomes foram substituídos por pseudônimos escolhidos pelos próprios participantes.

Construção de dados

Recorrendo a experiências anteriores de violência, Jonas respondeu ao guia temático de forma assíncrona por escrito, enquanto os outros seis participantes participaram de entrevistas em profundidade conduzidas pela primeira autora via Google Meet®. Embora os formatos de entrevista assíncrona e síncrona difiram em dinâmicas

interacionais, todos os dados foram transcritos e analisados tematicamente seguindo os mesmos procedimentos.

Para examinar diferentes fases da gravidez e da parentalidade, entrevistas de acompanhamento foram solicitadas aproximadamente um ano depois, embora nem todos os participantes estivessem disponíveis. Os dados foram coletados em dois momentos distintos, entre março de 2024 e março de 2025. No total, 13 entrevistas totalizaram aproximadamente 939 minutos de áudio, transcritos integralmente pela primeira autora.

Participantes

Entre os sete participantes, seis se identificaram como homens trans e um como pessoa transmasculina (Lucas). Quanto à raça/cor, dois se autodeclararam brancos, três pardos e um preto, conforme as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto um participante (Jonas) não realizou essa autodeclaração. As idades variaram entre 24 e 34 anos, abrangendo residentes de cinco estados brasileiros. Em relação à orientação sexual, dois participantes se declararam gays, dois bissexuais, um pansexual e um heterossexual, não havendo informação disponível para Jonas.

No que se refere à escolaridade, um participante relatou ensino médio incompleto, quatro ensino médio completo e dois ensino superior incompleto. Quanto à ocupação, um se declarou ajudante geral, dois estudantes e os demais relataram atuar como barbeiro, trabalhador sexual, auxiliar de cozinha e tatuador. Com exceção de Hendel e Jonas, os demais participantes não exerciam atividades remuneradas no momento da coleta, embora Renan tenha iniciado atividade remunerada à época da terceira entrevista.

Durante as entrevistas, os participantes relataram trajetórias de transição de gênero entre sete e treze anos, marcadas por interrupções e por diferentes formas de acompanhamento médico, incluindo experiências com e sem seguimento especializado. Em relação às intervenções cirúrgicas de afirmação de gênero, quatro participantes haviam realizado mamoplastia masculinizadora, enquanto três não haviam se submetido a procedimentos cirúrgicos.

No que concerne às experiências de cuidado gravídico-puerperal, todos os participantes foram acompanhados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Com exceção de Gustavo, cujos dados se referem ao período gestacional, os demais participantes tiveram partos vaginais. As entrevistas contemplaram diferentes momentos do ciclo gravídico-puerperal, incluindo a gestação de Gustavo e de Renan em sua primeira experiência, bem como a segunda gestação de Hendel, enquanto os demais participantes tinham filhos com idades entre seis meses e três anos. Em relação à alimentação dos

bebês, apenas Jonas realizou aleitamento humano direto, ao passo que os demais utilizaram fórmulas infantis.

Todas as gestações decorreram de práticas sexuais consentidas no contexto de relacionamentos, resultando em filhos biológicos. Em cinco casos, os relacionamentos ocorreram com homens cisgênero e, em dois, com mulheres trans. À época das entrevistas, quatro relacionamentos permaneciam em curso, enquanto dois haviam sido encerrados. Informações adicionais encontram-se sistematizadas na Tabela 1.

Tabela 1

Informações sobre transição, gestação e relacionamentos

Nome	Período de hormo-nização	Intervenção cirúrgica	Orientação Sexual	Idade filho 2024	Idade filho 2025	Via de aleitamento	Identidade e relação conjugal com genitor/a
Gustavo	7 anos	Mamoplastia masculinizadora	Gay	Gestante de seis meses	1 ano	Fórmula	Homem cis Sim
Renan	7 anos	Mamoplastia masculinizadora	Bissexual	Gestante de nove meses; Bebê dois meses	11 meses	Fórmula	Homem cis Sim
Lucas	15 anos*	Mamoplastia masculinizadora	Pansexual	6 meses	-	Fórmula	Homem cis Sim
Thiago	13 anos	Mamoplastia masculinizadora	Gay	9 meses	1 ano e 10 meses	Fórmula	Homem cis Sim
Yuri	8 anos	Nenhuma	Bissexual	1 ano	-	Fórmula	Homem cis Sim
Hendel	8 anos	Nenhuma	Heterossexual	1ºfilho: 1 ano e 2 meses - 2ºfilho: Gestante de oito meses	1ºfilho: 2 anos e 1 mês 2ºfilho: Gestante de oito meses	Fórmula -	Mulher trans não
Jonas**	-	Nenhuma	-	3 anos	-	Peito paterno	Mulher trans não

Nota: *Lucas afirma ter 15 anos de transição, mas não informa quanto tempo de hormonização.

Nota:** Jonas optou por não preencher o Formulário de Dados Sociodemográficos.

Análise de dados

Os dados foram analisados utilizando análise temática reflexiva, seguindo Braun e Clarke (2019). O processo envolveu leituras repetidas do material e codificação com base no conteúdo semântico e latente. Os códigos foram então agrupados em temas

alinhados aos objetivos do estudo. Isso resultou em oito códigos iniciais, organizados em dois temas analíticos. O processo analítico foi discutido e revisado por pares em reuniões do grupo de pesquisa.

De acordo com essa abordagem, a análise foi entendida como um processo reflexivo e interpretativo no qual a subjetividade dos pesquisadores, incluindo o envolvimento emocional com os participantes, foi considerada um recurso para a produção de conhecimento (Braun & Clarke, 2019). Esse processamento analítico dos dados foi discutido e revisado por pares em reuniões do grupo de laboratório ao qual os pesquisadores pertencem. O QDA Miner Lite foi utilizado para auxiliar na organização dos dados.

RESULTADOS

Gestação transmasculina como experiência socialmente ininteligível

Ao considerar uma sociedade estruturada pela distinção dos corpos segundo suas capacidades reprodutivas, pela binariedade de gênero e pela cisheteronormatividade, a gestação transmasculina tende a escapar aos marcos de inteligibilidade social, ou seja, do reconhecimento da possibilidade existencial plena.

Nomeadamente, a gestação transmasculina após a transição de gênero ocorre, muitas vezes, em corpos que passaram por diferentes estratégias de afirmação de gênero - como o uso de vestimentas socialmente associadas à masculinidade, a utilização de fármacos como testosterona e minoxidil³, bem como a realização de procedimentos cirúrgicos, como a mamoplastia masculinizadora⁴. Tais recursos conferem a esses homens trans uma materialidade corporal socialmente reconhecida a partir da leitura masculina, condição que Gustavo e os demais participantes nomeiam como “passabilidade”: “As pessoas me enxergam como um homem, me enxergam como um homem cis, né, vamos dizer assim. Ninguém para pra pensar que eu possa ser um homem trans ou não”.

Nesse contexto, em que a materialidade corporal é socialmente apreendida a partir de uma lógica binária e cisnormativa de gênero, o período gestacional é majoritariamente atravessado por tensões, ambiguidades e deslocamentos produzidos pelas leituras sociais

³ O minoxidil é um princípio ativo amplamente utilizado, tanto por pessoas cisgêneras quanto transgêneras, devido aos seus efeitos no tratamento da calvície (alopecia androgenética) e no estímulo ao crescimento de pelos faciais.

⁴ A mamoplastia masculinizadora, também denominada mastectomia masculinizadora, consiste em um procedimento cirúrgico que remove o tecido mamário e reposiciona as aréolas com o objetivo de produzir um contorno torácico socialmente associado à masculinidade.

dirigidas a esses corpos. Afinal, como são interpretados corpos reconhecidos socialmente como masculinos que passam a apresentar uma proeminência abdominal associada à gestação?

Gustavo descreve: “eu me pego vendo as pessoas olharem para a minha barriga e olharem pro meu rosto, sem entender: como assim a barriga de uma pessoa gestante e o rosto de um homem?”. De modo semelhante, Thiago afirma que “as pessoas não entendem [...] o nosso corpo nesses espaços é um bug pra sociedade”. Yuri também relata que “era um choque para todo mundo ver um homem grávido [...] eu tinha uma barriga grande e ele não entendia, porque eu também tinha bigode”.

O “bug” e a busca de elementos possivelmente classificatórios revela uma falha nos esquemas culturais de inteligibilidade destes sujeitos da vivência da gestação pós-transição de gênero, evidenciando os limites culturais das categorias pelas quais a sociedade organiza gênero, reprodução e parentesco. Assim, a figura do homem grávido nas experiências transmasculinas não apenas desafia normas sociais, mas desestabiliza regimes classificatórios fundamentais que organizam as relações entre corpo, gênero, reprodução e parentesco. Ao articular masculinidade e gestação em um mesmo corpo, a experiência transmasculina torna visível o caráter histórico e normativo das associações entre feminilidade, maternidade e capacidade reprodutiva.

Essas narrativas evidenciam que a materialidade de um corpo socialmente percebido como masculino, produzida a partir de compreensões normativas e cisnormativas de gênero, não comporta a distensão abdominal como possibilidade gestacional. Em outras palavras, a gestação em corpos lidos como masculinos emerge como uma experiência socialmente ininteligível, para a qual não há lugar previamente disponível no imaginário social. Tal dinâmica reforça o que Toze (2018, p. 11, tradução nossa) denomina de “impensabilidade do homem grávido”, isto é, a dificuldade cultural de conceber a gestação dissociada da feminilidade e da categoria “mulher”.

Ao subverterem as normas de gênero e tensionarem as formas socialmente estabelecidas de compreender a reprodução a partir de uma lógica generificada, os participantes passaram a enfrentar diferentes formas de retaliação social. Embora não tenham sido relatados episódios de violência física, emergem, ao longo da experiência gestacional, outras modalidades de violência, particularmente quando esses sujeitos assumem publicamente a posição de homens trans gestantes.

Ao ser exposto em notícias jornalísticas Gustavo relatou a resposta violenta nas redes sociais: “a gente [casal] recebeu muitos comentários negativos, muitas críticas,

muita transfobia também. A gente ficava com medo de sair na rua, no período que eu tava gestante, de sofrer alguma represaria [...]”. Situação semelhante foi relatada por Jonas ao descrever a transfobia vivenciada durante a tentativa de registrar seu filho com os nomes retificados do casal e a correspondência parental entre pai e mãe. Ao tornar pública essa experiência na mídia, afirmou ter sido alvo de ainda mais violências e preconceitos: “Preconceito sofri apenas quando apareci na mídia, pior coisa que eu fiz”.

Como consequência dessas experiências, Gustavo enfrentou o agravamento de um quadro depressivo importante, afastando-se da exposição pública e das redes sociais durante alguns meses, até o período pós-nascimento. Jonas, por sua vez, também deixou de se expor midiaticamente e, como mencionado anteriormente, prefere não participar de forma síncrona de atividades de pesquisa.

Tais movimentos evidenciam que os efeitos da vigilância e da violência cisnormativa ultrapassam o momento gestacional imediato, produzindo impactos duradouros sobre a saúde mental, a visibilidade pública e as formas de participação social desses sujeitos. O retraimento social, nesse contexto, pode ser compreendido não apenas como efeito do sofrimento psíquico, mas também como estratégia de autopreservação diante da possibilidade constante de exposição, julgamento e violência.

Do outro lado da tela, para além do espaço virtual, a inteligibilidade das corporalidades e identidades gestantes transmasculinas produz outras formas de interpelação social. Diante da dificuldade de enquadrar normativamente um corpo masculinizado que apresenta uma proeminência abdominal associada à gestação, esses homens trans relatam tornar-se alvos recorrentes de olhares insistentes em espaços públicos e nas interações cotidianas, marcados por tentativas contínuas de classificá-los e torná-los inteligíveis segundo as convenções cisnormativas e binárias de gênero.

Renan recorda o “olhar de desprezo” recebido de uma médica durante uma consulta de rotina no período gestacional. Hendel também relata ter se percebido alvo de “uns olhares estranhos ali e aqui” durante a primeira gestação e observou, na segunda, que “o povo fica olhando meio torto”. Gustavo, por sua vez, evidencia como determinados marcadores corporais passam a operar como âncoras de inteligibilidade de gênero e o desconforto gerado para si: “as pessoas olham pra meia [de compressão], e aí olha pra minha cara, aí olha pra minha barriga, então fica uma coisa assim, tipo, meio estranha né, então querendo ou não, traz um desconforto”.

Tais narrativas sugerem que os olhares dirigidos aos homens trans gestantes não se restringem à curiosidade, mas operam como mecanismos sutis, embora profundamente

violentos, de vigilância e regulação social. Ao tentarem reconciliar elementos corporais considerados incongruentes pelas normas cisgêneras, como masculinidade, barba e gestação, esses sujeitos tornam-se alvos de interpelações constantes que produzem desconforto, estranhamento, sensação de exposição pública e estado contínuo de alerta.

Ao retornar do hospital para casa com seu marido e o bebê no período pós-parto, por exemplo, Thiago relata ter experienciado medo ao utilizar um serviço de transporte por aplicativo ao serem lidos como uma família não-normativa:

A gente pegou um Uber que foi nítido o desconforto dele, assim, ele olhando para trás, vendo que tinha um bebê, dois homens saindo da maternidade com o bebê, aí você consegue catar o desconforto da pessoa ali, né? E aquele momento foi um momento que eu realmente fiquei com muito medo”.

Nesse sentido, problematiza-se em que medida os olhares podem constituir formas de violência e quais os efeitos de ser continuamente atravessado pelo olhar normativo do outro. Argumenta-se que tais interpelações reiteram os limites socialmente estabelecidos para a inteligibilidade de gênero, da reprodução e da parentalidade, denunciando a suposta ilegitimidade dessas configurações familiares dissidentes das normas cisheteronormativas. Ainda que não deixem marcas físicas, esses olhares carregam a ameaça permanente de que o estranhamento silencioso possa converter-se, a qualquer momento, em violência explícita.

Tais narrativas evidenciam que o temor da violência não se restringe à experiência individual dos homens trans, mas se estende à própria legitimidade e inteligibilidade social de suas famílias, especialmente diante de discursos que associam cuidado, parentalidade e filiação a modelos cisheteronormativos de gênero.

Transhomoparentalidades e cisheteronormatividade: disputas de reconhecimento, família e pertencimento

Em relacionamentos com homens cisgênero, Gustavo, Renan, Lucas, Thiago e Yuri constituem famílias transhomoparentais, enquanto Hendel e Jonas, embora atualmente separados de suas parceiras, conformaram famílias heteroafetivas e transcêntricas. Nesse contexto, as configurações familiares articulam diferentes marcadores identitários e distintas camadas de reconhecimento social, atravessando as preocupações dos participantes acerca das possíveis violências direcionadas às suas famílias.

Entre os participantes inseridos em famílias transhomoparentais, emergem de forma particularmente intensa preocupações relacionadas à maneira como os filhos compreenderão e significarão suas histórias de vida e suas configurações familiares em uma sociedade estruturada por normas cisheteronormativas. Gustavo questiona: “a gente tem receio que isso mexa muito com a cabeça dele, que ele fique confuso”; Renan expressa a dúvida: “será que ele vai se sentir mal por não ter uma mãe? Uma figura feminina de cuidado dentro de casa?”; enquanto Thiago relata comentários recorrentes de terceiros: “As pessoas falam que ele [filho] não vai saber quem é o pai”.

Destaca-se neste discurso a ideia de que “a maternidade e a paternidade implicam capacidades mutuamente exclusivas e estereotipadas em termos de gênero” (Gato & Fontaine, 2011, p. 84), e que a ausência de um dos gêneros nos cuidados parentais prejudicaria o desenvolvimento psicossocial infantil. Contudo, não há evidências de que a homoparentalidade intervenha tanto no desenvolvimento da identidade sexual quanto nos processos psicossociais das crianças (Gato & Fontaine, 2011; Zambrano, 2006), refletindo discursos que operam como reguladores de sexualidade, reprodução e noções engessadas de família.

França (2009) argumenta que os papéis parentais maternos e paternos não estão respectivamente associados à mulher e ao homem, destacando que tal condição não se apresenta nem mesmo em casais heterossexuais. De tal modo, as famílias homoparentais apenas trazem às claras a desvinculação de papéis e funções limitadas que precede em menor hierarquia e maior distribuição de liderança na configuração familiar, maior divisão de tarefas domésticas, relações mais igualitárias e diversidade de referências para as crianças (Fulcher et al., 2008; Passos, 2005; Rodriguez & Paiva, 2009; Stacey, 2006).

Por fim, a literatura tem demonstrado que, embora crianças inseridas em famílias homoafetivas possam estar mais expostas a experiências de estigmatização e discriminação decorrentes de discursos normativos sobre gênero, sexualidade e família, isso não determina prejuízos consideráveis ao seu desenvolvimento psicossocial. Ao contrário, estudos apontam que é plenamente possível a construção de trajetórias saudáveis quando essas crianças estão inseridas em ambientes familiares afetivos, estáveis e acolhedores (Galán et al., 2015; Lourenço & Amazonas, 2015). Nesse sentido, destaca-se que o elemento fundamental para um desenvolvimento psicossocial adequado não reside na configuração familiar em si, mas na qualidade das relações estabelecidas no ambiente doméstico, independentemente do arranjo parental (França, 2009; Zambrano, 2006).

Na intersecção entre a dupla parentalidade masculina e os discursos normativos que pressupõem possíveis “confusões” identitárias dos filhos, emerge entre os homens trans a preocupação de que suas famílias sejam socialmente interpretadas como constituídas por adoção, o que geralmente acontece, conforme relata Thiago:

Porque sempre vem com aquela dúvida, aquela pergunta, aquela curiosidade assim, né? É só dois pais, gente, não preciso ficar explicando nada, “eu gestei”, sabe? Mas é que não tem o imaginário social, né, do homem gestando e tudo mais. Então, normalmente é sempre adoção, sabe?

Tal percepção evidencia, mais uma vez, a dificuldade social de reconhecer a gestação transmasculina e o vínculo biológico-filial como possibilidades legítimas no contexto de casais homoafetivos. Desse modo, essa leitura não apenas invisibiliza a experiência gestacional vivenciada por esses homens trans, mas também deslegitima suas posições parentais e os próprios vínculos de filiação constituídos no interior dessas famílias.

Nesse contexto marcado pela possibilidade constante de não reconhecimento e deslegitimação social, os pais parturientes demonstram preocupação em tornar a gestação transmasculina e a configuração familiar elementos constitutivos da história de vida dos filhos desde os primeiros anos. Thiago relata: “a gente já vai falando que ele tem dois papais, a gente fala ‘você saiu da barriga do papai’ [...]. Mostramos fotos também, que a gente tem da gestação, vídeos”. Lucas, de maneira mais direta, afirma que pretende ensinar à filha que seu nascimento “é normal, que ela saiu da minha buceta”.

Tais narrativas evidenciam esforços cotidianos de construção de inteligibilidade e legitimidade familiar, buscando produzir, no interior das relações parentais, sentidos de naturalidade e pertencimento frente a uma ordem social que frequentemente posiciona essas experiências como desviantes ou ininteligíveis.

Nos casais heteroafetivos e transcitrados, como nos casos de Hendel e Jonas, também emerge a preocupação em educar os filhos de modo a naturalizar a configuração familiar, conforme aponta Hendel:

Ele [filho] é filho de um casal transcitrado, então ele vai ter a ideia de que isso é normal, é comum. Vai ser ensinado dessa forma: é normal ter duas meninas se beijando, é normal ter dois [homens] se beijando. É normal ter homens com pepeka e mulheres com peru, ele vai ser ensinado dessa forma. Que é normal, que é comum. Todo mundo deveria pensar que isso é comum. Então, acho que isso vai ajudar um pouco ele.

Ao aprofundarem essa preocupação recorrente em atribuir um status de “normalidade” às suas configurações familiares, os participantes evidenciam um movimento contínuo de proteção dos filhos diante de discursos estigmatizantes e de possíveis violências imaginadas nas interações sociais para além do espaço doméstico. Tal movimento articula-se, ainda, a práticas educativas orientadas pela ampliação das possibilidades de gênero, sexualidade e família como experiências legítimas e socialmente reconhecíveis, como aponta Gustavo:

Ele [filho] vai ter contato com pessoas que têm um papai e uma mamãe e ele vai ter dois papais, então ele já vai crescer sabendo que tem uma diversidade ampla no mundo, que nem todo mundo é igual, que nem todas as famílias [são iguais], que cada um tem a sua particularidade.

A tentativa constante de inserir os filhos em uma narrativa considerada “correta” ou legitimadora sobre a própria história familiar emerge, assim, como estratégia de fortalecimento subjetivo frente à discriminação e à deslegitimação social. Deste modo, diante da possibilidade de rejeição ou de leituras sociais marcadas pela ideia de “confusão”, os pais parturientes investem, desde cedo, em discursos inclusivos capazes de produzir inteligibilidade sobre suas identidades trans, suas conjugalidades e a própria constituição familiar, recorrendo a sentidos como “normal” e “comum” para validar suas experiências.

Parentalidade transmasculina e cisheteronormatividade: entre o medo da violência e a produção de legitimidade

Como um dos primeiros espaços sociais e institucionais nos quais as crianças passam a se inserir, as unidades escolares - e as relações estabelecidas em seu interior - emergem como o principal cenário de preocupações antecipatórias entre os participantes, conforme relata Renan:

A gente fica pensando, a gente tem muito medo dele sofrer preconceito na escola. Hoje, ele nem fala ainda, mas a gente já pensa em qual escola a gente vai colocar, por que qual a escola que não faz dia das mães e faz dia da família? [...]. Não quero que ele se sinta excluído, diferente.

A possibilidade de violência, discriminação ou exclusão dos filhos no contexto escolar, em razão de pertencerem a configurações familiares dissidentes das normas cisheteronormativas, emerge como mais uma preocupação antecipatória entre os participantes, às vezes ainda durante a gestação. Nesse cenário, a escola é percebida não

apenas como espaço de socialização e aprendizagem, mas também como um ambiente potencialmente produtor de estigmatização e sofrimento familiar.

Essas percepções e preocupações não se constituem de maneira infundada. Enquanto famílias (cis)homoafetivas permanecem socialmente marcadas por representações negativas e processos de deslegitimação, as crianças inseridas nessas configurações familiares são frequentemente posicionadas como sujeitos mais vulneráveis às violências e à exclusão social, especialmente diante das dificuldades de inclusão produzidas por discursos normativos sobre gênero, sexualidade e família (Galán et al., 2015; Lourenço & Amazonas, 2015).

Diante dessa possibilidade, Renan relata a busca por instituições de ensino que demonstrem maior acolhimento às diversidades familiares: “Então a gente busca mais esse tipo de abordagens e escolas que fazem esse tipo de coisas, pensando já pra onde ele vai”. Jonas, por sua vez, menciona o suporte jurídico como estratégia preventiva de proteção do filho diante de possíveis situações de preconceito: “Meu medo continua o mesmo, preconceito na escola, mas ele já estará bem aparado. Qualquer coisa, advogado entra no caso”.

Tais narrativas evidenciam que o temor da violência e da deslegitimação social projeta-se para o futuro dos filhos e atravessa antecipadamente as escolhas parentais, mobilizando estratégias de proteção, vigilância e preparação frente a possíveis experiências discriminatórias em espaços institucionais. Essa preocupação/preparação estende-se, ainda, a outros cenários cotidianos nos quais as parentalidades cisheteronormativas figuram como modelo implícito e socialmente referenciado de família, fazendo com que experiências transhomoparentais sejam constantemente percebidas como desviantes, questionáveis ou passíveis de estranhamento.

Ao considerar uma possível mudança de residência, por exemplo, Thiago aponta que grande parte de sua preocupação recai sobre a receptividade da comunidade vizinha à diversidade, tornando esse aspecto um dos principais critérios na escolha de possíveis bairros:

E na rua, é um bairro muito, muito, muito, muito lgbt. Então, qualquer coisa que acontecesse, eu sei que aqui ia ter um suporte, sabe? [...] Mas ir para longe? Não. [...]. Quando a gente pensa em se mudar, eu fico pensando muito nesses bairros que a gente vai, [...] ainda mais que são dois corpos dissidentes ali e tal, então é complicado. A gente tem medo.

Nesse contexto, evidencia-se como os modelos cisheteronormativos e binários de reprodução, parentalidade e família atravessam não apenas os sentidos atribuídos às relações familiares, mas também decisões cotidianas relacionadas aos modos de viver, circular e projetar o futuro. A busca pela escola potencialmente mais segura, pelo bairro considerado mais acolhedor e por estratégias educativas voltadas à compreensão das especificidades da configuração familiar revela não apenas experiências contínuas de preocupação, vigilância e estado de alerta, mas também os modos pelos quais esses sujeitos procuram existir e proteger a si mesmos e aos filhos diante das regulações discursivas e institucionais que incidem sobre suas vidas. Tais movimentos podem ser compreendidos como estratégias de resiliência, ação e agenciamento, por meio das quais os participantes negociam possibilidades de reconhecimento, pertencimento e segurança em contextos marcados pela cisheteronormatividade.

Em meio a esse processo contínuo de vigilância, antecipação de possíveis violências e resoluções, Thiago também destaca a importância do cuidado direcionado a si mesmo, ressaltando o acompanhamento psicoterapêutico não apenas para os filhos, mas também para os pais, como recurso fundamental para lidar com os estressores cotidianos que refletem as normativas de gênero em suas vidas.

É importante que nossos filhos, desde pequeno, estejam com uma psicóloga, fazendo uma terapia pra poder passar por isso com mais tranquilidade, assim, né? [...]. Mas no mais, eu tento o máximo proteger ele, assim, e também me proteger, porque né... a mente fica atribuladíssima, não dá.

Sua narrativa evidencia que os impactos da cisheteronormatividade e do temor constante da discriminação não se restringem às experiências parentais ou à proteção das crianças, mas atravessam diretamente a saúde mental e emocional desses sujeitos.

Nesse contexto, o cuidado psicológico aparece como estratégia de fortalecimento subjetivo e elaboração do sofrimento produzido pelas experiências recorrentes de deslegitimação, medo e estado permanente de alerta. Assim, o investimento no cuidado de si revela-se também como prática de resistência e preservação, permitindo que esses sujeitos encontrem meios de sustentar suas existências, vínculos familiares e projetos parentais em contextos marcados pela violência cisheteronormativa.

Embora práticas de cuidado individual, como o acompanhamento psicoterapêutico, assumam importante relevância no enfrentamento do sofrimento psíquico, é necessário compreender que o adoecimento mental relacionado às vivências de gestação, parentalidade e vida familiar de homens trans não pode ser reduzido a uma

dimensão estritamente individual. Os processos de sofrimento descritos pelos participantes decorrem, sobretudo, de mecanismos sociais e institucionais de regulação, legitimação e exclusão sustentados pela cisnormatividade, pela binariedade de gênero e pelos modelos normativos de reprodução e família.

Nesse sentido, ainda que as estratégias de resistência e cuidado mobilizadas pelos sujeitos sejam fundamentais para a preservação de si e de suas famílias, torna-se insuficiente concentrar as respostas apenas em intervenções individualizadas. Tal enfoque corre o risco de deslocar para os próprios sujeitos a responsabilidade pela gestão dos efeitos produzidos por estruturas sociais violentas. Argumenta-se, portanto, pela necessidade de investimentos em transformações de ordem estrutural e institucional, capazes de tensionar os modos sistemáticos pelos quais a cisheteronormatividade regula a inteligibilidade da gestação transmasculina e produz efeitos concretos de deslegitimação, invisibilização e exclusão no cotidiano desses sujeitos e de suas famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas analisadas revelam que a gestação transmasculina ainda é socialmente percebida como um fenômeno inconcebível a partir dos contornos normativos e cisheteronormativos de gênero e reprodução. Nesse sentido, a recorrente mobilização de olhares curiosos, insistentes e interrogativos evidencia a dificuldade social de atribuir inteligibilidade à figura do homem grávido. Mais do que simples estranhamento, aceitar a possibilidade de um homem gestar implicaria desestabilizar classificações tradicionais de parentesco, tensionar as associações normativas entre corpo e gênero e romper com a leitura automática da gestação como experiência necessariamente feminina.

Longe de serem neutros ou indiferentes, argumenta-se que tais olhares não apenas observam, mas procuram enquadrar esses sujeitos a partir de referenciais binários de gênero, operando como mecanismos cotidianos de regulação das normas sociais de reprodução e parentalidade. Ainda que sutis, essas cenas assumem caráter profundamente violento, na medida em que materializam formas constantes de vigilância, controle e delimitação da inteligibilidade desses corpos, experiências e configurações familiares.

A partir desta inteligibilidade social, a transparentalidade como sequência da reprodução, é também frequentemente atravessada pela percepção constante de perigo e pela antecipação de possíveis violências dirigidas não apenas aos próprios homens trans, mas também aos seus filhos, cônjuges e configurações familiares. Tal percepção

manifesta-se em diferentes espaços sociais -como bairros de moradia, instituições escolares, serviços de saúde, meios de transporte e redes sociais - evidenciando que a experiência da parentalidade transmasculina permanece tensionada pelos limites da inteligibilidade social de gênero, reprodução e família.

Nesse contexto, a antecipação da violência produz um cotidiano parental marcado por estresse, vigilância e pela necessidade constante de elaboração de estratégias de proteção, sobretudo em relação às crianças. As escolhas relacionadas à escola, à vizinhança, à exposição pública e às narrativas compartilhadas no interior da família demonstram como a cisheteronormatividade atravessa os modos cotidianos de existir, circular e projetar o futuro dessas famílias. Ao mesmo tempo, emerge entre os participantes a construção de projetos parentais orientados pela ampliação das possibilidades de gênero, sexualidade e família.

A educação dos filhos aparece como estratégia de fortalecimento subjetivo e proteção frente a discursos estigmatizantes, buscando produzir maior compreensão sobre si, sobre a família e sobre o mundo. Desse modo, o trabalho cotidiano de legitimação da gestação transmasculina e das configurações familiares constitui simultaneamente uma estratégia defensiva diante das violências potenciais e um processo ativo de construção narrativa da história familiar.

Por fim, este estudo contribui aos estudos de gênero ao evidenciar como corpo, reprodução, gênero e parentalidade se articulam na produção de formas dissidentes de família. As experiências analisadas demonstram que as transparentalidades não apenas tensionam os modelos normativos de reprodução e filiação, mas também tornam visíveis os mecanismos sociais e institucionais que regulam quais corpos, famílias e parentalidades podem, ou não, ser reconhecidos como legítimos.

AGRADECIMENTOS

O primeiro autor recebeu apoio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento: 88887.820864/2023–00. O segundo autor recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Boffi, L. C., de Souza, C., de Oliveira-Cardoso, É. A., & dos Santos, M. A. (2024). Pathways to Parenthood Experience Among Transgender Men: a Systematic Review and Meta-synthesis. *Trends in Psychology*, 1-31. <https://doi.org/10.1007/s43076-023-00355-y>
- Braun, V., & Clarke, V. (2019). Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, 11(4), 589-597. <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira.
- Fulcher, M., Sutfin, E. L., & Patterson, C. J. (2008). Individual differences in gender development: Associations with parental sexual orientation, attitudes, and division of labor. *Sex Roles*, 58, 330-341. <https://doi.org/10.1007/s11199-007-9348-4>
- França, M. R. C. (2009). Famílias homoafetivas. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 17(1), 21-33.
- Galán, J. I. P., Barbero, M. S., & Martín-Chiappe, M. L. (2015). (Des)naturalização e escolha: emergências na parentalidade e no parentesco entre lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 1, 187-203. <https://doi.org/10.3989/rntp.2015.01.009>
- Gato, J., & Fontaine, A. M. (2011). Impacto da orientação sexual e do gênero na parentalidade: Uma revisão dos estudos empíricos com famílias homoparentais. *Ex aequo*, 23, 83-96.
- Lourenço, G. O., & de Almeida Amazonas, M. C. L. (2015). Filhos/as de casais do mesmo sexo: sentidos atribuídos à noção de família. *Psicologia em Estudo*, 20(2), 261-278. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v20i2.25278>
- Monteiro, A. A., & McCallum, C. (2023). Paternidades trans: uma análise etnográfica das experiências parentais de um homem trans em Salvador. *Revista Brasileira De Estudos Da Homocultura*, 6(20), 30-59. <https://doi.org/10.29327/2410051.6.20-3>
- Nascimento, L. C. P. (2021). *Transfeminismo*. Jandaíra.
- Neves, J. L. (1996). Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. *Caderno de pesquisas em administração*, 1(3), 1-5.
- Passos, G. C., & Casagrande, L. S. (2018). Homens (trans): da invisibilidade às transmasculinidades na educação. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, 11(37), 60-72. [10.3895/cgt.v11n37.8634](https://doi.org/10.3895/cgt.v11n37.8634)

- Pinho, A. R., Rodrigues, L., & Nogueira, C. (2020). (Des) Construção da parentalidade trans: Homens que engravidam. *Ex aequo*, 41, 195-205. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2020.41.12>
- Pearce, R., & White, F. R. (2019). Beyond the pregnant man: Representing trans pregnancy in A Deal With The Universe. *Feminist Media Studies*, 19(5), 764-767. <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1630925>
- Rodriguez, B. C., & Paiva, M. L. D. S. C. (2009). Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental. *Vínculo-Revista do NESME*, 6(1), 13-27. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=139412684003>
- Silva, B. B., Fontanari, A. M. V., Seibel, B. L., Chinazzo, Í. R., Luxion, K., Lobato, M. I. R., Nardi, H. C., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2022). Transgender parenthood, participation in children's lives, and association with discrimination experiences: An exploratory study. *Family Relations*, 72(1), 122–139. <https://doi.org/10.1111/fare.12637>
- Stacey, J. (2006). Gay parenthood and the decline of paternity as we knew it. *Sexualities*, 9(1), 27-55. <https://doi.org/10.1177/1363460706060687>
- Stake, R. E. (2010). *Qualitative research: Studying how things work*. Guilford Press.
- Toze, M. (2018). The risky womb and the unthinkability of the pregnant man: Addressing trans masculine hysterectomy. *Feminism & Psychology*, 28(2), 194-211. <https://doi.org/10.1177/0959353517747007>
- Veldorale-Griffin, A., Darling, C.A. Adaptation to Parental Gender Transition: Stress and Resilience Among Transgender Parents. *Archives of Sexual Behavior* 45, 607–617 (2016). <https://doi.org/10.1007/s10508-015-0657-3>
- Von Doussa, H., Power, J., & Riggs, D. (2015). Imagining parenthood: the possibilities and experiences of parenthood among transgender people. *Culture, health & sexuality*, 17(9), 1119-1131. <http://dx.doi.org/10.1080/13691058.2015.1042919>
- Zambrano, E. (2006). Parentalidades "impensáveis": pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes antropológicos*, 12, 123-147. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832006000200006>